



ATA DA 10^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS AFLUENTES GOIANOS DO BAIXO PARANAÍBA

1 Ao trigésimo dia de junho, do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, no Centro
2 Comunitário Dona Margarida, Avenida Garibaldi Teixeira, Nº 89, Centro – Quirinópolis
3 Goiás, deu-se início a Décima Reunião Extraordinária do Comitê das Bacias
4 Hidrográficas dos Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba, CBH – BAIXO PARANAÍBA,
5 com a participação dos membros e convidados constantes nas listas de presenças
6 anexas. **Item 1. Abertura da 10^a Reunião Extraordinária do Comitê das Bacias**
Hidrográficas dos Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba – CBH BAIXO
PARANAÍBA: Iniciou a reunião com as boas-vindas do presidente José Lucas Rabelo
Mendonça, que agradeceu a presença dos participantes e destacou a importância do
encontro para o município de Quirinópolis. Agradeceu à primeira-dama Sra. Geiciane
Souza pela cessão do espaço. Em seguida, convidou todos os presentes para a
execução dos hinos nacional e estadual. Após a solenidade, comunicou as
substituições ocorridas na composição do comitê, com novas representações das
prefeituras de Itarumã, Paranaiguara, Mineiros e Lagoa Santa. Informou também que
a vaga anteriormente disponível no segmento do poder público municipal passou a
ser ocupada pelo município de Jataí, representado pelo Sr. Carlos Alberto Biella, o
qual foi devidamente apresentado e recebeu as boas-vindas da plenária. **Item 2.**
18 Aprovação da Ata 36º Reunião Ordinária do CBH BAIXO PARANAÍBA:
Proseguiu-se com a apreciação da ata da 36^a reunião ordinária, previamente
encaminhada aos membros. Não havendo manifestações ou contribuições, a ata foi
aprovada por unanimidade. Na sequência, convidou o Sr. João Ricardo Raiser e a
equipe do consórcio ENGECORP-Profill para condução dos trabalhos, dando início à
apresentação e discussão das alternativas de enquadramento e do plano de ação do
Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. **Item**
25 3. Apresentação e discussão das Alternativas de Enquadramento e Plano de
26 Ação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio
27 Paranaíba (PIRH Paranaíba) - Consórcio Engecorps-Profill: O Sr. João Ricardo
Raiser – Presidente do CBH Paranaíba agradeceu à prefeitura de Quirinópolis e aos
membros do comitê pelo apoio e presença. Ressaltou que este momento marca uma
etapa decisiva na construção do plano, após as fases de diagnóstico e prognóstico.



31 Informou que o horizonte de planejamento é de 20 anos, sendo necessário agora
32 deliberar sobre ações que ampliem os acertos e enfrentem os desafios da bacia.
33 Reforçou a importância da participação ampliada dos membros, além dos grupos de
34 trabalho, permitindo uma diversidade maior de contribuições e fortalecendo a
35 legitimidade das decisões. Explicou que, após a reunião em Quirinópolis, a equipe
36 realizaria articulação com comitês afluentes, com encontros previstos em Rio Verde,
37 Anápolis e Goiânia, além de ações em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul,
38 informando que o Distrito Federal já havia sido contemplado em encontros anteriores.
39 Pontuou que este esforço representa a primeira rodada de mobilização voltada à
40 ampliação das contribuições e sugestões de aprimoramento dos produtos do plano.
41 Ressaltou que, em Goiás, os enquadramentos já se encontravam aprovados, sendo
42 necessário avaliar possibilidades de revisão e integração com as propostas dos
43 demais comitês afluentes, considerando possíveis conflitos interestaduais,
44 especialmente entre Goiás, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal. Enfatizou a
45 definição conjunta de usos prioritários e ações, e solicitou que a proposta fosse
46 alinhada à realidade local e à capacidade de investimento. Na sequência, o Sr.
47 Leonardo Mitre, integrante do consórcio Engecorps-Profil, iniciou a apresentação
48 técnica e destacou a participação da equipe composta por Andreia Pedroso, Ana Luiza
49 Helfer e Luísa Neves. Explicou que a programação do dia seria dividida em dois
50 momentos: pela manhã, discussão das alternativas de enquadramento e, à tarde,
51 debate sobre o plano de ações. Contextualizou o estudo, informou que os produtos 4
52 e 6 estão em discussão, seguidos pelo programa de efetivação (produto 7), plano de
53 implementação (produto 8), manual operativo e proposta de atualização integrada.
54 Ressaltou que, ao longo de todo o processo, têm ocorrido eventos participativos como
55 oficinas e consultas públicas. Salientou que o enquadramento deve refletir os usos
56 atuais e futuros desejados, sendo orientado por critérios técnicos e realistas,
57 considerando a viabilidade de alcance das metas de qualidade hídrica. A Sra. Ana
58 Luiza Helfer - Engecorps-Profill, apresentou os objetivos da reunião, iniciando com
59 uma discussão sobre a vazão e os parâmetros de referência utilizados no
60 enquadramento dos corpos hídricos da bacia. Reforçou que os afluentes goianos do
61 Paranaíba já possuem enquadramento aprovado, o qual não será alterado, mas
62 poderá ser aprimorado com base nas novas informações apresentadas. Explicou que,
63 em seguida, seria realizada uma dinâmica com fichas técnicas dos principais
64 afluentes, contendo dados sobre qualidade da água, usos atuais, simulações e



65 alternativas de classe. Definiu o enquadramento como a meta de qualidade da água
66 a ser alcançada ou mantida, de acordo com os usos pretendidos, conforme previsto
67 na Resolução CONAMA nº 357/2005. Enumerou os parâmetros normalmente
68 utilizados, como DBO, oxigênio dissolvido, fósforo total, nitrogênio amoniacal e
69 coliformes termotolerantes, destacando a importância de serem representativos dos
70 usos predominantes e possuírem limites estabelecidos na norma. Indicou que a vazão
71 de referência adotada no estado de Goiás é a Q95, utilizada tanto para outorga quanto
72 para enquadramento. Informou que, em 2024, foi aprovado o enquadramento do Baixo
73 Paranaíba, com predominância das classes 1 e 2 e utilização da DBO como parâmetro
74 de referência. Propôs avaliar a inclusão de novos parâmetros e mencionou a ausência
75 de enquadramento nos rios de domínio da União (Aporé, Prata e outros). Exibiu uma
76 síntese das amostras de qualidade da água (2018 a 2023), classificadas conforme a
77 CONAMA 357/2005, demonstrando conformidade com as classes desejadas em DBO
78 e OD, mas apontando resultados insatisfatórios para fósforo total e polifósforo.
79 Convidou os presentes a contribuírem com sugestões e observações. A Sra. Ana
80 Paula Generino - ANA explicou a importância de alinhar os parâmetros de referência
81 com a vazão de estiagem adotada (Q95), já definida para Goiás. Sugeriu evitar
82 parâmetros como a turbidez, por se alterarem em períodos chuvosos. Indicou a
83 relevância da DBO e do oxigênio dissolvido, por refletirem a saúde do corpo hídrico.
84 Propôs avaliar a inclusão do fósforo, condicionada aos usos predominantes da água
85 nos trechos, ponderando que seu impacto pode variar conforme o tipo de uso, como
86 irrigação ou abastecimento. Ressaltou que a imposição de tratamento terciário para
87 remoção de nutrientes deve ser evitada, dada sua onerosidade. Recomendou a
88 inclusão de coliformes como parâmetro de saúde pública, especialmente em trechos
89 de abastecimento humano. Sobre o nitrogênio amoniacal, considerou-o instável e
90 sugeriu a substituição pela análise de frações mais representativas ou o nitrogênio
91 total. Alertou que o uso exclusivo da DBO não retrata adequadamente a qualidade da
92 água. Indicou que, embora 83% das amostras estivessem em classe 1 para DBO, a
93 presença de coliformes em muitos trechos comprometeria usos sensíveis, como
94 recreação e abastecimento. Após sua fala, outros membros fizeram ponderações: O
95 Sr. Aurélio Miranda – IRRIGO questionou se a análise de DBO contemplaria
96 contaminantes hormonais. A Sra. Ana Paula Helfer – Engecorps esclareceu que a
97 DBO reflete apenas matéria orgânica biodegradável, não incluindo hormônios, os
98 quais são compostos químicos geralmente ausentes nos monitoramentos regulares.



99 Sugeriu iniciar a coleta desses dados antes de considerá-los no enquadramento. A
100 Sra. Luciana Luísa da Silva Calçada - SANEAGO informou que os mananciais são
101 monitorados semestralmente para alguns compostos orgânicos, embora esses dados
102 integrem outra rotina de análises, dada a complexidade e os custos envolvidos. O Sr.
103 Nélio Castro - SENAR questionou se a inclusão de novos parâmetros dependeria de
104 decisão local ou federal. O representante da equipe técnica esclareceu que a inclusão
105 de novos parâmetros no enquadramento pode ser deliberada pelo colegiado, com
106 aprovação posterior do conselho. Informou que o plano de bacia está em atualização
107 para todo o Paranaíba, incluindo afluentes goianos, e que fichas técnicas com dados
108 dos principais cursos d'água já foram elaboradas, contendo simulações dos
109 parâmetros discutidos. Destacou que, se não houver alteração da classe aprovada, o
110 enquadramento poderá ser mantido, bastando a ampliação formal pelo comitê e
111 validação do conselho. Ressaltou que, embora exista padronização estadual, cabe a
112 cada comitê definir parâmetros específicos. Defendeu a inclusão de fósforo total e
113 coliformes termotolerantes, diante de amostras incompatíveis com os objetivos do
114 comitê, e a exclusão de parâmetros irrelevantes, como turbidez. Recomendou eleger
115 um conjunto básico de parâmetros para toda a bacia, com ajustes por trecho conforme
116 os usos atuais e futuros, evitando custos desnecessários. A Sra. Ana Paula Generino
117 – ANA esclareceu que o parâmetro mais adequado seria o nitrogênio total, por
118 abranger todas as formas presentes no meio aquático. Explicou que o nitrogênio
119 amoniacal sofre rápida transformação em nitrato e outras formas oxidadas, o que o
120 torna pouco representativo para fins de enquadramento. A Sra. Ana Luiza Duarte de
121 Abreu – SEMAD informou que a Secretaria de Meio Ambiente, em parceria com o
122 consórcio, atua no aprimoramento dos parâmetros de enquadramento, com
123 acompanhamento contínuo. Reconheceu a necessidade de aperfeiçoamentos e
124 indicou o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) como oportunidade para sua
125 implementação. Comunicou a proposta de incluir trechos estaduais no processo, com
126 o objetivo de alinhar os enquadramentos federal e estadual e prevenir divergências
127 de classificação. O Sr. Artur Sanches – CTG Brasil levantou a questão do
128 monitoramento do cloro no reservatório de Salto, entre Caçu e Itarumã (GO). Informou
129 que, em estados como Mato Grosso do Sul e São Paulo, foram registradas altas
130 concentrações de cloro devido ao uso no combate ao mexilhão-dourado (*Limnoperna*
131 *fortunei*). Defendeu a inclusão do cloro como parâmetro de monitoramento, prevendo
132 a necessidade futura de controle dessa espécie invasora. A Sra. Ana Luiza Helfer –



133 Engecorps afirmou tratar-se de caso pontual, sem caracterizar problema no momento.

134 Acrescentou que, caso a situação se agrave, o tema poderá ser retomado, com

135 realização de estudos e eventual revisão do enquadramento para inclusão do cloro

136 como parâmetro de monitoramento. O Sr. Fábio Lourenço de Oliveira – Kinross Brasil

137 Mineração LTDA propôs incluir parâmetros como temperatura, pH, nitrogênio total e

138 sólidos totais, visando indicadores mais claros para a comunidade. O Sr. Leonardo

139 Mitre – Engecorps esclareceu que os parâmetros já integram as análises rotineiras,

140 sendo utilizados como indicadores de acompanhamento, mas não possuem padrão

141 definido para enquadramento formal das classes de qualidade da água. Dando

142 continuidade, Sra. Ana Luiza Helfer – Engecorps apresentou o processo de

143 enquadramento da qualidade da água, que compara a situação atual dos rios com os

144 usos existentes e os usos pretendidos para o futuro, os quais exigem classes

145 específicas de qualidade. Relatou sobre a consulta pública realizada há cerca de três

146 meses para definir os usos futuros em cada trecho dos rios. Avaliou-se a viabilidade

147 técnica e econômica para atingir as classes desejadas, considerando custos de

148 tratamento e controle da poluição. Exibiu os principais rios da região para análise

149 detalhada, sem descartar outros para futuras avaliações. Esclareceu que a simulação

150 da qualidade atual indicou boa condição na bacia do Paranaíba. Destacou a classe

151 de cada trecho conforme a predominância dos usos da água, foram realizadas três

152 simulações projetando o cenário até 2045, variando índices de coleta e tratamento de

153 esgoto (90% e 95%) e a eficiência do tratamento, desde nível secundário até

154 avançado, para avaliar se seria possível atingir as classes desejadas. Explicou que,

155 as simulações utilizaram vazões de referência aprovadas para Goiás e Minas Gerais

156 (Q95 e Q7,10, respectivamente). Relatou que as simulações de qualidade da água

157 possuem caráter estimativo e não correspondem a medições diretas. Informou que a

158 calibração do modelo ocorre a partir de dados reais obtidos em pontos de

159 monitoramento, os quais representam a situação efetiva. Aclarou que os resultados

160 das simulações devem ser interpretados com cautela, priorizando-se sempre as

161 informações provenientes do monitoramento. Iniciou a segunda etapa participativa,

162 com a formação de três grupos. Cada grupo recebeu fichas e mapas com informações

163 sobre trechos dos cursos d'água, incluindo código, nome, descrição, domínio, sedes

164 urbanas e usos atuais da água. Definiu-se a “classe requerida” a partir dos usos

165 preponderantes e dos usos pretendidos indicados nas consultas públicas, para

166 comparação com a classe de enquadramento aprovada. As fichas também



167 apresentaram estações de tratamento, lançamentos de esgoto, pontos de
168 monitoramento, qualidade da água, parâmetros fora da classe requerida, resultados
169 de simulações de abatimento de cargas e projetos previstos. Solicitou aos grupos que
170 indicassem alternativas de classe para os trechos, com base nos parâmetros oxigênio
171 dissolvido, nitrogênio amoniacal, fósforo e coliformes. Informou que os mapas
172 incluíam a localização dos trechos, sedes e manchas urbanas, limites municipais,
173 corpos d'água, rodovias, unidades de conservação, captações e pontos de
174 monitoramento. Explicou a simbologia, destacando estações de tratamento,
175 captações e pontos de monitoramento, com a classe de qualidade por parâmetro
176 definida a partir de 75% das amostras coletadas entre 2018 e 2023. Esclareceu que
177 os trechos foram delimitados com base em lançamentos de efluentes e simulações de
178 qualidade da água, podendo ser ajustados conforme contribuições dos participantes.
179 Disponibilizou quadro de referência com usos da água e classes necessárias,
180 abrangendo abastecimento humano, preservação de ecossistemas, recreação e
181 irrigação, detalhando requisitos de cada uso. Determinou a divisão dos participantes
182 em dois grupos: o primeiro, responsável pelas bacias dos rios Claro, Preto e Verde, e
183 o segundo, pelos rios de domínio federal e pela bacia do rio Corrente, garantindo
184 participação equilibrada de poder público, sociedade civil e usuários. A Sra. Ana Paula
185 Generino – ANA esclareceu que o enquadramento tem como objetivo assegurar
186 qualidade da água compatível com os usos, preservando atividades que dependem
187 de padrões específicos, e reduzir custos de combate à poluição. Orientou manter a
188 qualidade superior à exigida, salvo em casos tecnicamente justificados. A Sra. Andréia
189 Pedroso – Engecorps explicou que o objetivo do encontro consistiu em identificar, a
190 partir da percepção local, os principais problemas das sub-bacias e propor soluções e
191 ações para resolvê-los. Informou que as prioridades seriam definidas considerando a
192 gravidade e a urgência, com foco em ações de curto prazo. Destacou que o processo
193 se insere em uma etapa participativa de levantamento de informações
194 complementares ao diagnóstico e ao prognóstico já consolidados. Esclareceu que, ao
195 final da rodada de reuniões, as ações seriam agrupadas em programas para toda a
196 bacia do Paranaíba, com definição de medidas específicas para cada bacia afluente,
197 culminando na elaboração de um manual operativo contendo metas, responsáveis,
198 cronograma, orçamento e indicadores de acompanhamento. Mencionou que o
199 diagnóstico e o prognóstico levantaram pontos orientadores para a discussão.
200 Apresentou o estado de implementação dos instrumentos de gestão de recursos



201 hídricos em Goiás: plano de bacia vigente e monitorado, enquadramento aplicado,
202 outorga em funcionamento, embora com estágio inicial nas de lançamento de
203 efluentes, cobrança aprovada para o período 2025-2027 e sistema de informações
204 atualizado e operacional, demonstrando nível de execução considerado positivo.
205 Relatou que a bacia apresenta risco de inundações em trechos como córrego
206 Coqueiro (Mineiros), rio Jacuba, rio Formoso e córrego de Jataí, além de eventos de
207 estiagem e queimadas significativas em 2024. Registrhou áreas de alta suscetibilidade
208 à erosão no alto Rio Verde, Rio Corrente e cabeceira do Rio Claro, com cerca de 80%
209 da área ocupada por atividades agropecuárias e fragmentos de vegetação reduzidos.
210 Destacou presença de espécies de flora ameaçadas e áreas prioritárias para
211 conservação da biodiversidade e ictiofauna, incluindo o Rio Verde médio e alto.
212 Observou lacunas no monitoramento hidrológico e de qualidade da água, bem como
213 na rede de monitoramento subterrâneo, comprometendo modelagens e estudos
214 localizados. Informou que áreas críticas do balanço hídrico superficial se concentram
215 próximas a sedes urbanas, enquanto o balanço subterrâneo carece de dados
216 confiáveis. Registrhou que campanhas de fiscalização e aprimoramento do
217 monitoramento permanecem pendentes. O Sr. Leonardo Mitre – Engecorps explicou
218 que a dinâmica da discussão incluiria identificação, graduação e proposição de
219 soluções para problemas, permitindo análise técnica e definição de ações com
220 escalas de gravidade e priorização de 1 a 5. Orientou que os participantes
221 analisassem os instrumentos de gestão (outorga, cobrança, plano de bacia,
222 enquadramento e sistema de informações), identificando problemas e pontos críticos.
223 Requeriu avaliação sobre eventos extremos, lacunas no monitoramento hidrológico
224 e conflitos de quantidade de água, bem como sobre mobilização, capacitação e
225 educação ambiental, conservação ambiental e usos setoriais da água. Explicou que a
226 primeira etapa consistia em registrar os problemas nos quadros disponibilizados,
227 indicando, quando aplicável, a localização na bacia, e graduá-los segundo critérios
228 que iam de problemas insignificantes (1) a problemas de grande gravidade afetando
229 toda a bacia (5). Esclareceu que essa graduação subsidiaria a priorização futura de
230 ações de curto, médio e longo prazo. Na segunda etapa, os participantes deveriam
231 propor ações correspondentes para solucionar os problemas previamente
232 identificados. A Sra. Luciana Lusia da Silva Calçada – SANEAGO apresentou o
233 levantamento realizado pelo grupo, indicando os principais problemas identificados:
234 ausência de programas de conservação do solo e da água; falta de cobrança



235 adequada pelo uso hídrico; assoreamento elevado em regiões específicas, que exige
236 dragagem em períodos de cheia; impacto da expansão agrícola e da supressão da
237 vegetação sobre o assoreamento; insuficiência de monitoramento hidrológico,
238 incluindo águas subterrâneas e vazões; carência de programas de educação
239 ambiental e de mobilização da sociedade; presença do mexilhão dourado afetando
240 áreas centrais da bacia; contaminação difusa proveniente de resíduos agrícolas; e
241 deficiência de pesquisas acadêmicas voltadas à produção de conhecimento e à
242 integração do comitê com a sociedade. Apontou soluções para esses problemas:
243 definição de áreas vulneráveis em sub-bacias críticas, restringindo usos que
244 comprometam a disponibilidade hídrica; desenvolvimento de plano de ordenamento
245 de futuros usos do solo, priorizando áreas de água de classe especial; integração de
246 dados para cálculo do balanço hídrico quantitativo; implementação de curvas de nível
247 em propriedades para reduzir impactos de saneamento; capacitação e programas de
248 educação ambiental com material de apoio; divulgação das ações do comitê e
249 realização de audiências públicas para identificação e discussão de problemas com a
250 sociedade. O Sr. Aurelio Miranda – IRRIGO relatou os problemas identificados pelo
251 grupo, incluindo atrasos na obtenção de outorgas, ausência de outorgas em postos
252 de abastecimento, divergências nas coordenadas de pontos de outorga, eventos
253 críticos de cheias e secas em municípios específicos, falta de drenagem adequada.
254 Apontou monitoramento hidrológico insuficiente em toda a bacia e deficiências na
255 comunicação, mobilização e educação ambiental, como falta de instrução para uso
256 correto da água, divulgação limitada de documentos e baixo engajamento da
257 população em práticas de conservação. Foram destacados problemas de preservação
258 e recuperação de cursos d’água, assoreamento de nascentes, uso excessivo de água
259 no setor urbano, ausência de fiscalização e tratamento de efluentes, além de riscos
260 ligados à instalação de usinas geotérmicas e ocupações irregulares. Entre as soluções
261 propostas estão: técnicas de conservação do solo, proteção de nascentes e
262 reflorestamento, definição de áreas vulneráveis e ordenamento do uso do solo,
263 integração de dados para cálculo do balanço hídrico, capacitação e educação
264 ambiental com material de apoio, divulgação e audiências públicas, fiscalização de
265 usos urbanos e efluentes, exigência de projetos para usinas geotérmicas e apoio a
266 municípios em saneamento e urbanização. Ressaltou a importância de definir
267 prioridades conforme urgência e impacto e fortalecer a cooperação entre CBH,
268 municípios, setor privado e sociedade civil. O Sr. Marcos Antônio Capanema -



269 Sindicato Rural de Paranaiguara/São Simão, relatou o uso abusivo da água no
270 município devido à gratuidade do recurso, que atende apenas parte da população real.
271 Defendeu ajustes na gestão, reconhecendo dificuldades políticas enfrentadas por
272 prefeitos e a atuação do Ministério Público na cobrança de medidas. Sugeriu que o
273 comitê atue como fiscalizador e apoiador do gestor municipal, incentivando a cobrança
274 pelo uso da água ou a concessão da gestão a empresa especializada, garantindo
275 tratamento adequado e conscientização ambiental. Propôs ainda a criação de agenda
276 de produção de conhecimento com participação de secretarias de educação e escolas
277 para sensibilizar futuras gerações. Também foi destacada a falta de recursos para
278 projetos e bolsas do Fundo UFJ e a necessidade de agilizar a capacitação de gestores
279 no sistema de veredas. Como soluções, indicou-se o investimento do CBH em
280 pesquisas e o incentivo à produção de material técnico-científico, priorizando áreas
281 com menor conhecimento. formação de parcerias com empresas do setor privado
282 para o desenvolvimento de projetos de pesquisa. O Sr. Leonardo Mitre – Engecorps
283 encerrou a reunião, agradeceu cordialmente a presença e a contribuição de todos os
284 participantes. O presidente do CBH Paranaíba agradeceu ao Sr. Leonardo Mitre –
285 Engecorps e à equipe técnica do consórcio, enfatizou o caráter enriquecedor do
286 encontro e a eficácia da metodologia participativa adotada para promover a troca de
287 conhecimentos. Reafirmou seus agradecimentos pela valiosa contribuição oferecida.
288 **Item 4. Informes Gerais:** O Sr. Aurelio Miranda – IRRIGO convidou os presentes para
289 a Feira de Irrigação do Estado de Goiás (FIEGO), de 16 a 19 de julho em Cristalina,
290 destacando o evento como o maior da região no setor de irrigação e oportunidade
291 para ampliar conhecimentos e contatos. Informou sobre o estande especial destinado
292 aos membros do CBH, aberto a todos os interessados, e ressaltou o objetivo da feira
293 de promover o uso eficiente da água e a conscientização sobre a preservação dos
294 recursos hídricos, ação conduzida pela Associação de Irrigação. A Sra. Maria
295 Aparecida de Souza Araújo - SEMAD comunicou sobre a mobilização para a
296 participação no evento a ser realizado no Espírito Santo, em setembro, mencionando
297 que a SEMAD custeará a ida de três membros de cada comitê, incluindo o presidente
298 e dois membros sorteados. Explicou que foram estabelecidas regras para seleção e
299 que alguns comitês registraram grande número de inscrições, impossibilitando a
300 participação de todos. Anunciou que o resultado será definido em até dez dias e
301 disponibilizado no grupo de comunicação. **Item 5.Encerramento:** Nada mais a tratar,
302 o José Lucas Rabelo Mendonça - Presidente CBH Baixo Paranaíba encerrou a



303 reunião. Eu, Patrícia Sueli Côrtes de Oliveira, colaboradora da secretaria executiva,
304 lavrei essa ata que após aprovada segue assinada pelo Presidente e Secretário
305 Executivo do Comitê. A gravação com inteiro teor da reunião encontra-se
306 disponibilizada no site do Baixo Paranaíba.



José Lucas Rabelo Mendonça
Presidente



Rafael Rodrigues de Paiva
Secretária Executiva

**Anexo I**

Lista de Presença (Titulares e Suplentes) do CBH Baixo Paranaíba

| Nº | Entidade | Representante |
|----|--|---------------------------------|
| 1 | SE MAD | Maria Aparecida de Souza Araújo |
| 2 | SE MAD | João Ricardo Raiser |
| 3 | Prefeitura Municipal de Jataí | Carlos Alberto Biella |
| 4 | Prefeitura Municipal de Paranaguaiá | Renata Ferreira Santana |
| 5 | Prefeitura Municipal Quirinópolis | José Lucas Rabelo Mendonça |
| 6 | Prefeitura Municipal de Serranópolis | Levi Carlos da Silva |
| 7 | ABES-GO | Mariusa Aparecida Santos |
| 8 | SENAR-GO | Nélio Castro Lima |
| 9 | ONG Amigos do Rio Claro | Morgana de Castro Paniago |
| 10 | SANEAGO | Rafael Rodrigues de Paiva |
| 11 | SANEAGO | Antônio Carlos Gonçalves |
| 12 | SANEAGO | Luciana Lusia Calçada |
| 13 | Rio Claro Agroindustrial S/A | Daniela Souza Silva |
| 14 | Energética Serranópolis | Hellen Cristina Alves |
| 15 | Kinross | Italo Martins Alves |
| 16 | UHE Foz do Rio Claro | Paulo Roberto Gomes Pereira |
| 17 | Sindicato dos Produtores Rurais de Paranaguaiá e São Simão | Marcos Antônio Alves Capanema |
| 18 | IRRIGO | Aurélio Alves Miranda |

**Anexo II**

Lista de Presença (Convidados) do CBH Baixo Paranaíba

| | Entidade | Representante |
|-----------|-------------------------------|----------------------------------|
| 1 | Secretaria Executiva/Completa | Phelipe Henrique Cassimiro Cunha |
| 2 | SE MAD | Ana Luiza Duarte de Abreu |
| 3 | ENGECORPS | Luísa Neves |
| 4 | ENGECORPS | Andreia Pedroso |
| 5 | ENGECORPS | Leonardo Mitre de Castro |
| 6 | ENGECORPS | Ana Luiza Helfur |
| 7 | CTG | Arthur Sanches |
| 8 | ANA | Ana Paula Monteiro Generino |
| 9 | ANA | Rosana Mendes Evangelista |
| 10 | CPLAN/ ANA | Leonardo Juilan Rodrigues |
| 11 | SANEAGO | Kelly Patrícia de O. Almeida |
| 12 | ABHA | Kamila Almeida |



CBH BAIXO PARANAÍBA

Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba

Registro Fotográfico

